

encontradas pela Capital mato-grossense ao longo dos séculos, ele recorreu à sua fértil inspiração poética para dizer que Cuiabá: *sorriu nas suas auras promissoras e chorou nas suas noites de dores e vigília*. E acrescentou: *Mas, aqui ficou, altaneira, resistente, imbatível, sustentada pelo imperativo de seu admirável destino, balizando o processo civilizatório no extremo Oeste do território pátrio*.

Confirmando o seu amor à terra natal, ele concluiu a citada crônica dizendo: *Filhos gratos que somos, curvamo-nos para beijá-la, cidade amável e eterna*. Combatido e combativo, o jornalista Augusto Mário Vieira será sempre lembrado como um dos mais importantes líderes políticos de Mato Grosso. Sua eleição para um quarto mandato de Deputado Estadual, depois de 15 anos longe das urnas, é ainda inédita nos anais de qualquer agremiação partidária do Estado.

Escritos na Revista do Instituto Histórico

*Terra Mater*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1983. p. 73.

## BENJAMIN DUARTE MONTEIRO

*Paulo Pitaluga Costa e Silva*

Benjamin Duarte Monteiro, de antiga e secular ancestralidade cuiabana, nasceu em Cuiabá em 31 de agosto de 1908, filho de João do Lago Monteiro e Antonina Duarte Monteiro. Foi batizado em Cuiabá, sendo afilhado de Dom Aquino Corrêa, Arcebispo Metropolitano.

Iniciou seus estudos no curso primário na escola do Professor André Avelino, em Cuiabá, localizada no Morro da Luz, onde se situa atualmente o Club Dom Bosco.

Cursou o secundário e o preparatório no Liceu Cuiabano.

Em princípios de 1928 saiu de Cuiabá, com destino ao Rio de Janeiro, aí chegando em 27 de janeiro. A viagem era a que tradicionalmente se fazia à época. Saiu de Cuiabá, por lancha até Corumbá, daí, pelo vapor Fernandes Vieira até Porto Esperança, onde partiu de trem, pela Noroeste, até Bauru; depois pela Paulista até São Paulo e em seguida, pela Central do Brasil até o Rio de Janeiro.

Nesse mesmo ano de 1928 ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, tendo se bacharelado 2 de março de 1932, recebendo o seu diploma em solenidade de formatura levada a efeito no Teatro João Caetano.

Passou um ano, após formado, no Rio de Janeiro, aprimorando seus estudos.

Retornou a Cuiabá, ai chegando em 11 de janeiro de 1933. Nesse mesmo dia, por convite pessoal do então interventor Leônidas Antero de Mattos, foi nomeado promotor de Justiça da Comarca da Capital. Assim iniciava Benjamin Duarte Monteiro uma brilhante carreira jurídica, sempre dedicado ao Direito e à causa pública, que o norteou durante toda a sua vida profissional.

No ano de 1933, ao ser criada a Faculdade de Direito de Cuiabá, foi nomeado professor de Direito Penal, que só veio a lecionar no ano seguinte. Nesse mesmo ano foi também designado Diretor da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso e ainda membro do Conselho Penitenciário do Estado.

Iniciava também por essa época, Benjamin Duarte, a militar na imprensa mato-grossense, escrevendo para vários periódicos de Cuiabá, artigos combativos e sempre de cunho político partidário. Graças à sua militância jornalística, foi eleito presidente da Associação de Imprensa Mato-grossense, onde incrementou e prestigiou esse órgão.

Anos depois chegou a ser o representante em Mato Grosso da Agência meridional e correspondente de jornais do Rio de Janeiro.

Fundado o Partido Evolucionista de Mato Grosso, por volta de 1933, a ele se filiou e, se candidatando a Deputado Estadual, foi eleito com magnífica votação.

Em 1933, ao ser fundada a Ordem dos Advogados de Mato Grosso, nela se inscreveu a 18 de setembro, recebendo o número 44.

Ainda nesse mesmo ano foi escolhido secretário do Instituto dos Advogados de Mato Grosso, órgão classista que congregava os bacharéis em Direito numa associação cultural e intelectual.

Em 1935 tomou posse na sua cadeira de Deputado, onde brilhantes foram os seus pronunciamentos, deixando ainda registrado nos arquivos da Casa, uma exuberante produção em moções, debates, projetos de Lei, mostrando uma respeitável e digna postura e consciência política. Pela sua atuação parlamentar, foi escolhido membro da Comissão de Redação da Constituição, e eleito o Relator dessa mesma Comissão. Foi ainda nomeado pelos seus pares deputados, como líder da Maioria na Assembléia. O seu grande momento político, sem dúvida, foi ter sido o Relator da Constituição do Estado de Mato Grosso de 1935.

Ainda em 1935 foi eleito presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Mato Grosso.

Casou-se com Ana Augusta de Oliveira Monteiro, em 15 de janeiro de 1938, filha do cel. Francisco Pinto de Oliveira e de D. Mariana Ferraz de Oliveira.

Em 1937 tomou posse na Academia Mato-grossense de Letras, na cadeira n. 1, tendo como patrono o cronista colonial José Barbosa de Sá, na vaga deixada com o falecimento do Dr. Leônidas Antero de Mattos. Em seu discurso de posse, teceu a vida do primeiro cronista, bem como a biografia e a obra de seus antecessores nessa cadeira,

Manuel Paes de Oliveira e Leônidas Antero de Mattos. Na ocasião festiva, foi saudado pelo presidente da Academia de Letras, Desembargador José Barnabé de Mesquita.

Deixou o cargo de Deputado Estadual ao findar-se a legislatura, em 1938, não mais querendo concorrer à reeleição, por desgostoso com a ditadura Vargas, e com a escolha aleatória dos Interventores que se nomeava para Mato Grosso.

A partir dessa data iniciou com mais empenho o exercício da advocacia, defendendo causas eméritas, que marcaram a sua posição como um dos maiores causídicos dos foros cuiabanos à época.

A par da advocacia, em 1944 foi nomeado Chefe da 6ª. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, o SPI, por indicação direta e insistência e apelos do seu fundador, o General Cândido Mariano da Silva Rondon, de quem era amigo e profundo admirador. Junto à essa Inspetoria, fez um excelente trabalho de apoio e proteção aos índios de Mato Grosso, em especial aos da tribo Bororo.

Em 1945, ajudou a fundar o Partido Social Democrata, o PSD, em que militou por toda a sua vida, até a sua extinção em 1965. Notória, em especial, foi a sua estreita amizade e íntima ligação partidária com o Senador Filinto Müller, falecido em 1973, desde os tempos do antigo PSD até a ARENA, do qual, o Senador era Presidente Nacional.

Por outras vezes, já no PSD, foi convidado a se candidatar a Deputado, sempre por insistência de seus amigos, políticos e correligionários, nunca mais, entretanto, se propondo a tal empreitada eleitoral.

Havendo uma vaga, em 1947, no quinto constitucional da OAB para o cargo não remunerado de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, foi para ele indicado por escolha de seus colegas de Ordem. Exerceu esse cargo por muitos anos, sendo por várias vezes reconduzido a esse Tribunal.

Em 1949 foi designado para membro do Conselho Técnico de Assistência aos Menores, bem como, escolhido para Presidente de Honra da Associação de Imprensa.

Em 1954, foi nomeado Inspetor de Ensino junto ao Liceu Salesiano São Gonçalo.

O governador João Ponce de Arruda, em 1956, tão logo assumiu o governo do Estado de Mato Grosso, nomeou-o para exercer o cargo de Procurador Geral de Justiça do Estado, e nesse mesmo ano, foi designado representante do Estado junto à Legião Brasileira de Assistência, LBA.

Em 1963 foi nomeado professor da Faculdade de Direito de Cuiabá, lecionando Direito Judiciário Civil, para a turma do 5º. ano. No ano seguinte, assumiu a cátedra de Direito Administrativo. Já na década de 70, com a criação da Universidade Federal de Mato Grosso, e a incorporação da Faculdade de Direito de Cuiabá, passou a ser professor titular da UFMT, lecionando as cadeiras de Direito Administrativo e Processo Civil. Continuou lecionando até a sua aposentadoria já na década de 70.

O Governador Pedro Pedrossian, em 1966, nomeou-o para o cargo de Procurador Geral de Justiça, função essa que exerceria pela segunda vez em sua vida.

Nesse mesmo ano, tendo o seu nome aprovado pela Assembléia Legislativa, foi nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

No Tribunal de Contas, exerceu vários cargos, inclusive o de vice-Presidente em 1969 e o de Presidente em 1973.

Aposentou-se como Conselheiro do Tribunal de Contas.

Em 19 de junho de 1976, foi eleito sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, já na administração do Presidente Luis-Philippe Pereira Leite.

Conhecia profundamente a história de seu estado, em especial, os acontecimentos ocorridos em Mato Grosso a partir da revolução de 30, por ele mais de perto vivenciada. Observador atento do cotidiano político mato-grossense, era um repositório vivo de informações escorreitas do período contemporâneo. As informações sobre a política estadual do começo do século, as conhecia por informações de seu sogro, Francisco Pinto de Oliveira, que por décadas foi presidente da Assembléia Legislativa, e com quem mantinha infindáveis e proveitosas conversas.

Deixou uma vasta produção intelectual, abrangendo trabalhos de cunho jurídico como advogado, pareceres judiciosos como Procurador Geral de Justiça, julgados como conselheiro do Tribunal de Contas, uma boa parte deles publicados em revistas especializadas como os Anais Forenses de Mato Grosso e a Revista dos Tribunais de São Paulo. Além desses trabalhos técnicos, deixou uma imensa quantidade de artigos jornalísticos publicados em jornais e revistas de Cuiabá. Abundante e diversificada, realmente, a produção de sua competente lavra.

Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicou *De Dom Aquino a Luis-Philippe - Uma jornada meritória*, publicado tardiamente só em 1996, em seu tomo 144.

Juntamente com o ex-Presidente Luis-Philippe Pereira Leite, participou efetivamente das decisões mais importantes do Instituto Histórico por mais de uma década.

Benjamin Duarte Monteiro faleceu em Cuiabá em 19 de julho de 1996, aos 88 anos de idade.

Deixou 3 filhos, Benjamin Duarte Monteiro Filho, advogado, falecido; Arnaldo Duarte Monteiro, agrônomo, falecido; Leônidas Duarte Monteiro, atualmente Desembargador ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Advogado e político atuante, jurista emérito, competente professor de Direito, escorreito na administração pública, Benjamin Duarte deixou o seu nome gravado na história política mato-grossense como homem probo e digno pelo seu profissionalismo, honrado e dinâmico como homem público nos diversos cargos que exerceu.

Estudioso do Direito e militante da política partidária, esse o binômio que caracterizou e marcou a sua vida.